

O Forte de Albarquel

Até 1640 o número de fortificações construídas pela costa portuguesa não chegava a duas dezenas, a partir deste período, num curto espaço de tempo, foram elevadas novas estruturas militares, ultrapassando, em muito, aquele número.

No caso da região arrabidina, antes deste período estavam contabilizadas três fortificações. No final do século XVII, outras dez tinham sido erguidas, das quais seis em Setúbal e Sesimbra.

Por ordem do rei D. João IV (1640-1656), começa a ser projetada, em 1642, a construção do Forte de Albarquel, iniciando-se a obra no ano seguinte (1643) a qual terminou já no reinado de Pedro II de Portugal (1683-1706).

Este Forte visava o reforço da capacidade de fogo da Fortaleza de S. Filipe e, estava integrado na estratégia de defesa militar do reino na proteção da barra de Setúbal.

Entre a população de Setúbal, que muito contribuiu para as obras de fortificação de toda a barra de Setúbal, encontravam-se os proprietários locais das marinhas de sal e a Confraria dos Navegantes e Pescadores da Vila de Setúbal ou, “do Corpo Santo”.



O Forte de Albarquel foi desartilhado em 1883. Na primeira metade do século XX veio a ser construída nos terrenos adjacentes, uma fortificação subterrânea, dotada de casernas, depósito de água, paióis e central elétrica, com dispositivo de camuflagem e três canhões Krupp, de 150mm. A unidade incorporava até 1999, a 8.ª Bateria do extinto Regimento de Artilharia da Costa, do Exército Português.

A 21 de Junho de 2001, inicia-se o processo de desafetação do domínio público militar do Forte de Albarquel, bem como de uma parcela de terreno inserida no domínio público hídrico, permitindo a posterior cedência de utilização do imóvel à Câmara Municipal de Setúbal que dele tomou posse, em 2015. Seguiu-se a respetiva recuperação e requalificação como núcleo museológico, adequando-o igualmente à realização de atividades culturais, de apoio turístico e de sensibilização ambiental.



“Planta do Rio de Setúbal e parte da Praça; e do Castelo; Torre e Fortaleza de Albarquel, e Arrábida...”. Publicada no manuscrito ilustrado entre os anos 1699 e 1743, a tinta-da-china, sépia e com aguadas coloridas, por João Tomás Correia e, designado “Livro de varias plantas deste Reino e de Castela”, existente na Biblioteca Nacional de Portugal.



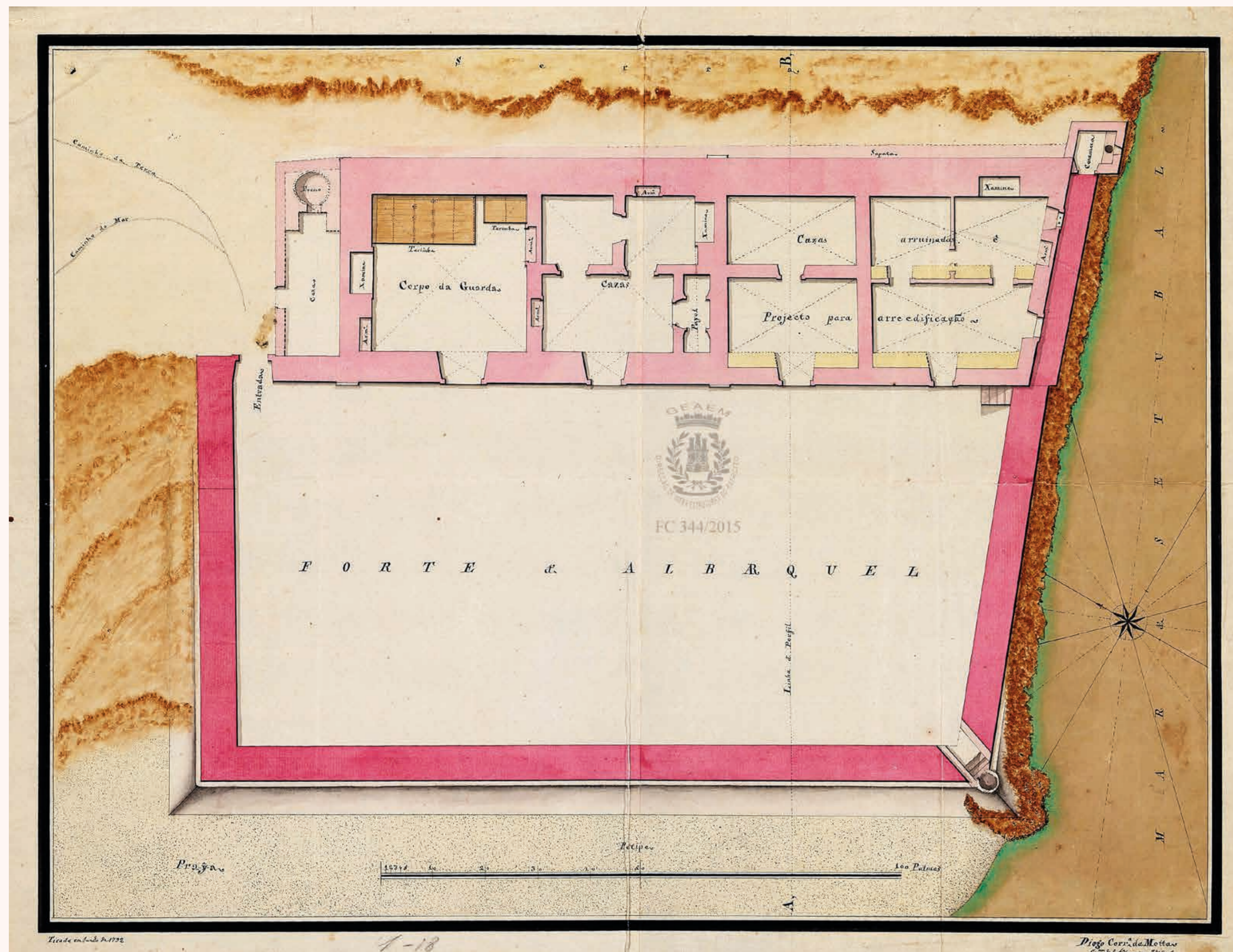
Cerimónia de assinatura do protocolo da cedência do Forte de Albarquel, por parte do Estado Português, à Câmara Municipal de Setúbal. 2015.

A arquitetura

O Forte de Albarquel, corresponde ao paradigma de arquitetura militar seiscentista portuguesa do período. Trata-se de uma construção fortificada de planta trapezoidal, com um edifício de dois andares. Esta edificação possuía ainda um pequeno baluarte no vértice a sudeste e uma guarita a sul.

O forte apresenta-se com “estilo chão”, que se caracteriza pelo despojo decorativo, tipo de construção sóbria e imponente, de feição militar. Dos poucos adornos do edifício destacam-se os frisos, os entablamentos, as gárgulas e o pormenor da escadaria exterior.

No interior, as coberturas são em abóbada e em plano direito.



“Planta do Rio de Setúbal e parte da Praça; e do Castelo; Torre e Fortaleza de Albarquel, e Arrábida...”. Publicada no manuscrito ilustrado entre os anos 1699 e 1743, a tinta-da-china, sépia e com aguadas coloridas, por João Tomás Correia e, designado “Livro de varias plantas deste Reino e de Castela”, existente na Biblioteca Nacional de Portugal.

A reabilitação do Forte de Albarquel

Uma parceria entre a Câmara Municipal de Setúbal e a fundação inglesa The Helen Hamlyn Trust permite iniciar a requalificação do Forte de Albarquel em 2018

A reconversão deste espaço em Centro Cultural do Município de Setúbal assentou em três componentes fundamentais: a Museológica e Expositiva, que prevê a utilização deste espaço destinado ao usufruto cultural e histórico; a de Atividades Culturais, que entende manifestações culturais e artísticas; e, por último, a componente de Espaço de Receção e Acolhimento, compreendendo com uma sala de visitas destinada à receção de várias individualidades e organizações.

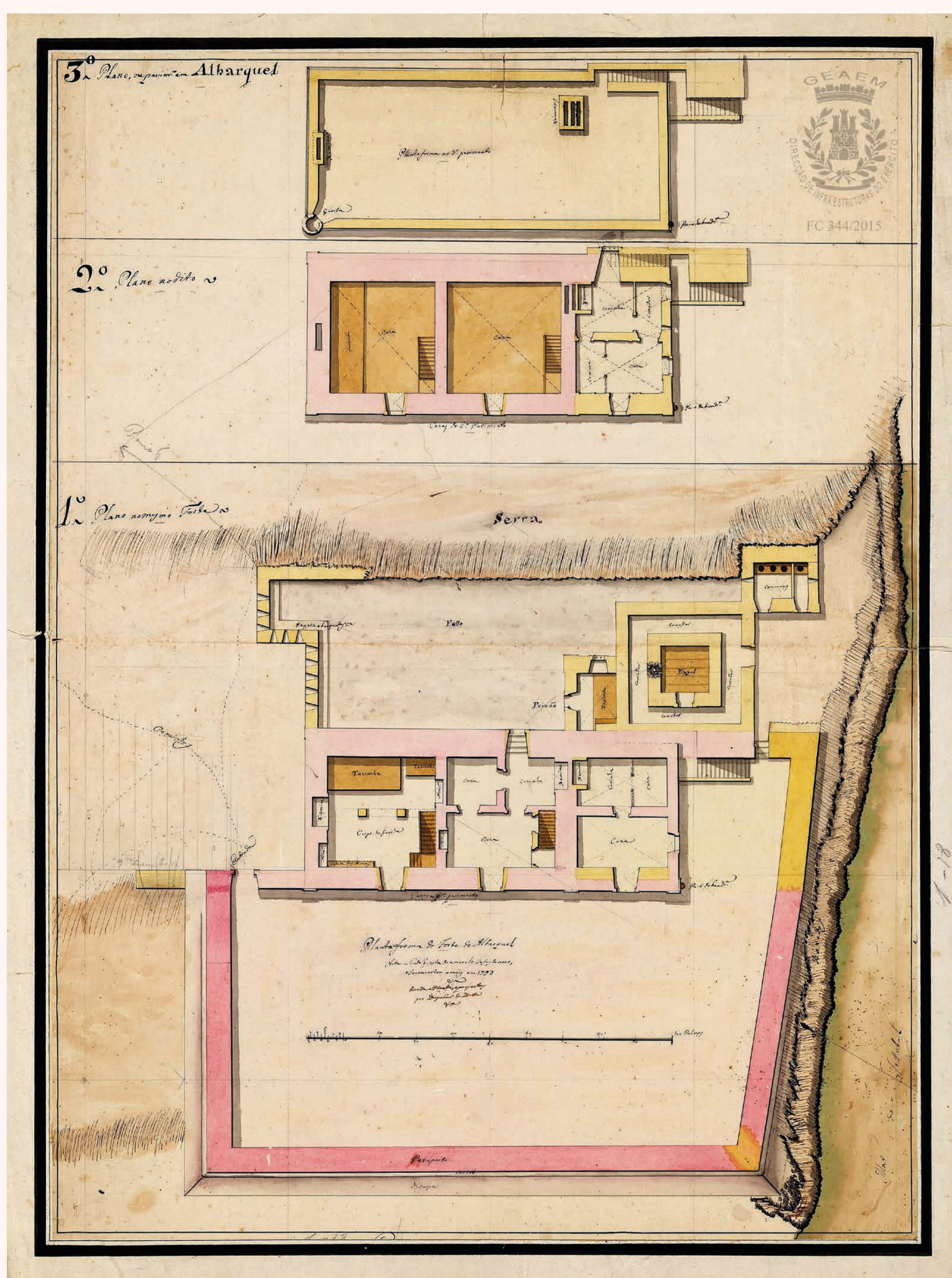
No interior do edifício, no piso térreo, o Salão Principal resultou da demolição de alguns compartimentos existentes, deixando à vista a nave principal. Uma sala nesse piso passou a ter a função de copa prevista para servir de apoio aos eventos.

O primeiro piso, destinado ao apoio administrativo, é acedido pelo exterior ou por uma escadaria interior construída no Salão Principal.

A antiga garagem dos veículos militares foi reconvertida para Sala de Reuniões e foram acrescentados dois compartimentos de apoio para instalação sanitária e arrumos.

No exterior, à esquerda, quando se entra na sala, foi construído um edifício de raiz, de design simples, que serve de apoio ao edifício principal, no qual estão incluídas as instalações sanitárias públicas. Na frente do edifício voltada para a baía de Albarquel, foi instalada iluminação cénica com vista ao realce dos contornos do imóvel.

Tanto no exterior como no interior dos espaços, procurou-se limpar algumas intervenções anteriores, e recuperar a traça original.



“Planta do Rio de Setúbal e parte da Praça; e do Castelo; Torre e Fortaleza de Albarquel, e Arrábida...”. Publicada no manuscrito ilustrado entre os anos 1699 e 1743, a tinta-da-china, sépia e com aguadas coloridas, por João Tomás Correia e, designado “Livro de varias plantas deste Reino e de Castela”, existente na Biblioteca Nacional de Portugal.



Vista em plano superior da antiga garagem (atual Sala de Reuniões) antes da obra 1



Obras no piso térreo no interior do edifício (atual Salão Principal) 2



Aspetto exterior da fachada lateral antes da obra 3



Aspetto da fachada virada a sul no início da obra 4



Vista geral sobre o acesso ao Forte de Albarquel com as obras a decorrer 5



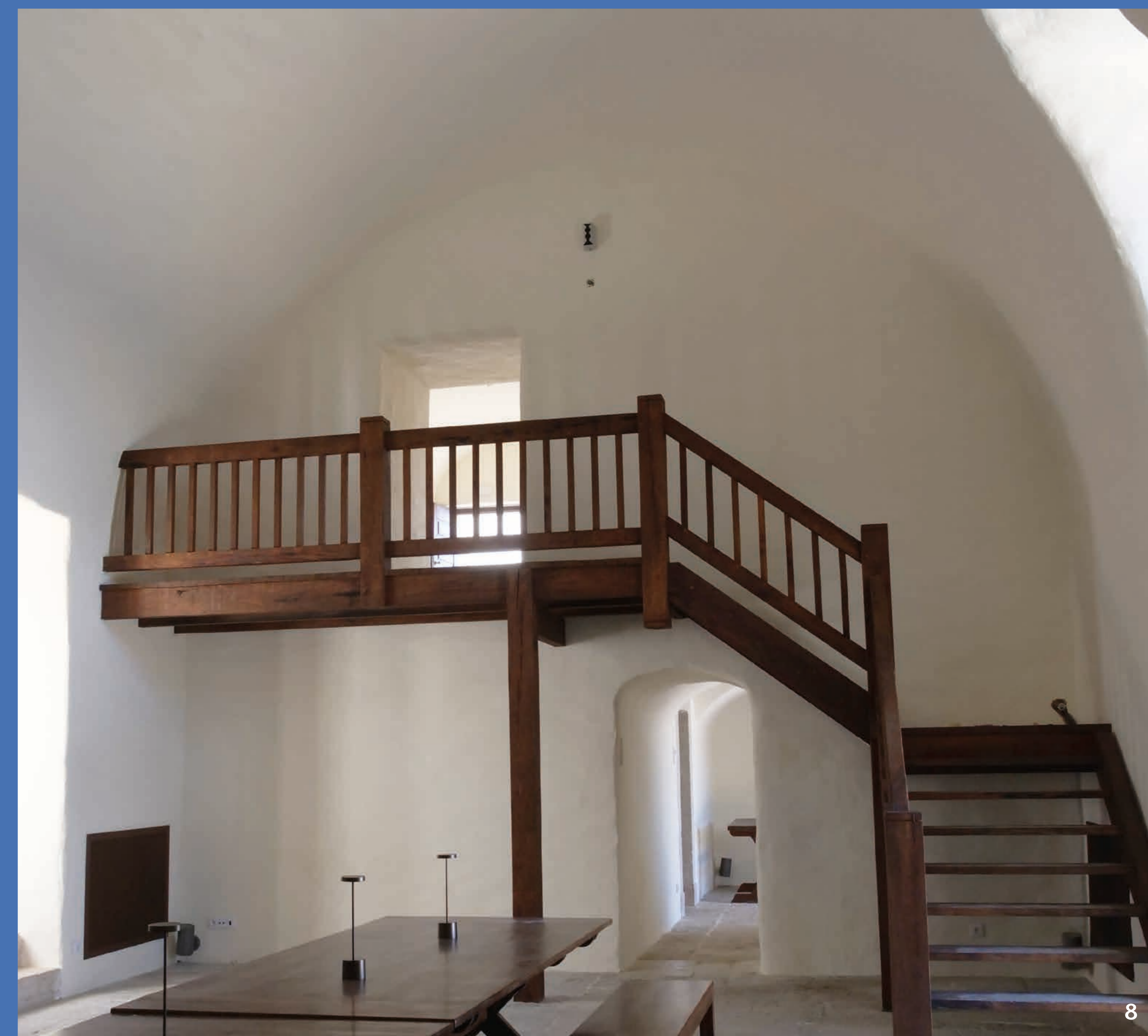
Interior da garagem (atual Sala de Reuniões) em início de obra 6



Trabalhos na cobertura 7



Obras a decorrer, fachada interior do edifício virada a nascente (atual Salão Principal) 8



Breve Cronologia

1642 | Projetada a construção do Forte de Albarquel

1643 | Início da construção

1683-1706 (Reinado de D. Pedro II) – Final da construção do Forte de Albarquel

1761 | Efetuadas reparações no Forte

1830-1833 | No contexto da Guerra Civil Portuguesa (1828 – 1834), a praça fica sob comando do governador Manuel Mâncio Júdice Biker

1883 | O forte encontra-se desativado e procede-se ao seu tombamento para o Ministério da Guerra

1889 | O Forte é arrendado ao conselheiro Joaquim Peito de Carvalho

1901 | Início de arrendamento anual da esplanada do forte; São arrendados sucessivamente terrenos da praia para instalação de barracões de vendas de bebida e de apoio a banhistas.

1919 | Auto de entrega do forte e de duas dependências à Inspeção das Obras e Fortificações do Campo Entrincheirado de Lisboa, para ali se arrecadarem ferramentas e materiais de construção

1922 | Arrendamentos sucessivos de parcela de terreno por prazo de três anos (1922, 1925, 1928) a Francisco Lopes Catalão

1923 | Arrendamento de terreno a Mariana Martins Soares

1929 | O primeiro andar do forte serve de habitação ao comandante do Regimento de Infantaria e o piso térreo encontrava-se em uso para depositar materiais e ferramentas que serviam à construção da Bateria do Casalinho e de moradia do antigo olheiro Augusto

1932 | Arrendamento do terreno da esplanada do forte à Comissão de Iniciativa de Setúbal pelo prazo de três anos

1943 | Auto de entrega do forte ao 3.º grupo do Regimento de Artilharia de Costa para residência do comandante da Bateria de Albarquel

1945 | Arrendamento de terreno a Pedro Ramos por seis anos (três anos prorrogáveis)

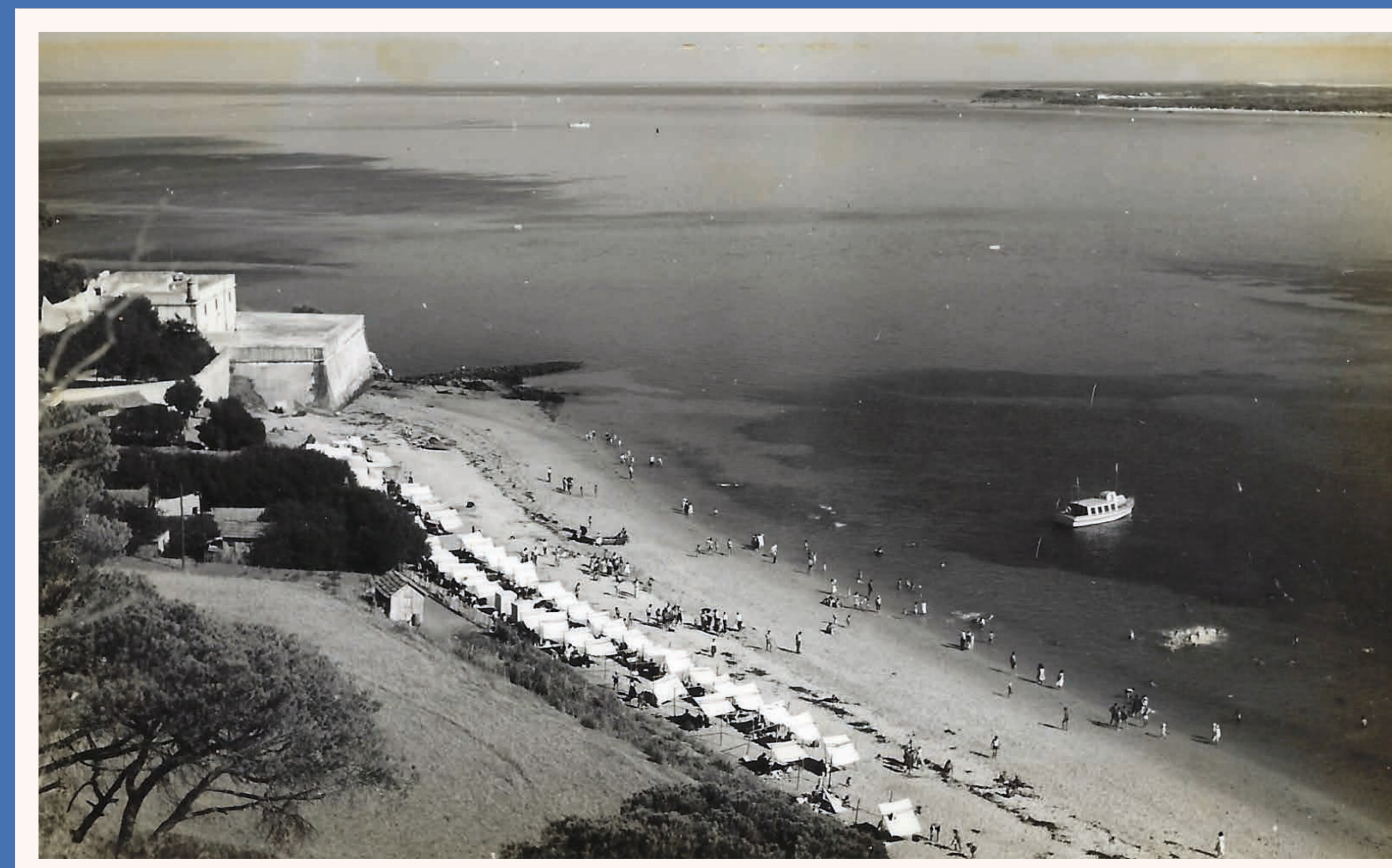
1950 | Autorização dada à Câmara Municipal de Setúbal para construção de um parque de estacionamento

1961 | Pedido de autorização para transformação do forte em pousada de turismo, recusado

1962 | Desocupação do forte por necessidade de obras de reparação

1963 | A Mocidade Portuguesa pede a cedência do forte, o que é recusado, estando previsto o alojamento do pessoal da bateria

1964 | Pedido de cedência do forte para adaptação a museu oceanográfico, negado por ser residência do Comando da Bateria de Albarquel e por estar a ser utilizado pelo Regimento de Artilharia de Costa



Perspetiva aérea da Praia de Albarquel, c. de 1950. À esquerda da imagem, o Forte de Albarquel. Coleção Cunha Bento.



A praia e o Forte de Albarquel. S.d.
Américo Ribeiro PT/AFAMR/AMR-19428.1. Reprodução digital feita a partir de negativo original.
Coleção Américo Ribeiro | Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro
DIBIM | DCDJ | Câmara Municipal de Setúbal

1967 | Pedido para instalação de um farolim, mas não há acordo

1970 | O pedido do Clube Naval de Setubalense para utilização do forte, o que é recusado

1971 | Pedido de cedência do forte à Câmara Municipal de Setubal, recusado por este pertencer à defesa do Porto de Setúbal

1975 | Solicitação de autorização do Ministério da Marinha para que sejam instalados serviços de manutenção e controlo dos sinais luminosos de balizagem do Rio Sado, o que é recusado

1977 | Proposta da Câmara Municipal de Setúbal de cedência de espaço térreo, para aumentar o par-que de campismo, o que não é aceite

1978 | Pedido de cedência das instalações para o Instituto dos Pupilos do Exército, juntamente com o espaço da Bateria do Casalinho, para instalação de uma colónia de férias, recusado

1980 | Aprovada a não renovação do contrato de arrendamento que existia com a Marga - Sociedade de Exploração Hoteleira e Turismo. Recorde-se que, por vários anos existiu um edifício inacabado para instalar uma hotel, que viria a ser demolido

1989 | Pedido de utilização do forte pelo Clube Náutico de Troia, que é recusado, pois devia salvaguardar-se o seu uso no âmbito das Forças Armadas

1990 | Nota sobre a possibilidade de utilização do forte como pousada da juventude, também recusado

1992 | Parecer do Exército sobre a possibilidade de alienação do forte desde que o mesmo mantivesse a servidão militar

1993 | Pelo Decreto-Lei 62/93, de 5 de março, dá-se a desafetação do domínio público, autorizando a alienação em regime de hasta pública ou em regime de cessão a título definitivo e oneroso a pessoas coletivas de direito público ou instituições particulares de interesse público do Forte de Albarquel. Porém, após 3 meses, volta a sair informação sobre a indisponibilidade para alienação, atendendo à necessidade de salvaguardar a capacidade de defesa da costa

1995 | Forte está à responsabilidade do Instituto dos Pupilos do Exército, encontrando-se em condição de abandono

1997 | Clube Militar de Oficiais de Setúbal solicita cedência precária do forte para atividade e ampliação de instalações, havendo anuência. Câmara Municipal de Setúbal solicita a cedência de terrenos para a ampliação do Parque Municipal de Campismo, sendo indeferido

2000 | Mudança de utente do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, para o Batalhão de Informações e Segurança Militar

2004 | Planos de requalificação do forte para unidade hoteleira

2006 | Entregue à Capitania de Setúbal chave do portão de entrada para garantir manutenção do farolim de sinalização da entrada da Barra do Porto de Setúbal

2015 | Forte é cedido pelo Estado Português à Camara Municipal de Setúbal por um período prorrogável de 32 anos

2018 | Início das obras de requalificação do Forte de Albarquel

2021 | Abertura do Forte de Albarquel ao público



Praia de Albarquel - demolição de barracas clandestinas, 1988. Américo Ribeiro PT/AFAMR/AMR- 03130159. Reprodução digital feita a partir de negativo original. Coleção Américo Ribeiro | Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro DIBIM | DCDJ | Câmara Municipal de Setúbal



O Forte sobre a praia de Albarquel, cerca de 1888. Fotografia de Kuchembuck de Figueiredo (1860-1908), o primeiro profissional de fotografia a instalar um estúdio fixo em Setúbal (na Praça de Quebedo).